

LIMA BARRETO NO HOSPÍCIO: MEMÓRIA, ESCRITA E RESISTÊNCIA

LIMA BARRETO LIVING IN A HOSPICE: MEMORY, WRITINGS AND RESISTANCE

Elaine Brito SOUZA¹

RESUMO: O trabalho apresenta uma leitura do *Diário do hospício*, de Lima Barreto, como crítica ao poder médico-científico no início do século XX. Em nossa visão, o texto do escritor carioca representa, além da necessidade de autopreservação, um gesto de resistência política e ideológica.

PALAVRAS-CHAVE: Memória. Diário. Loucura. Resistência.

ABSTRACT: The paper presents a reading of Lima Barreto's *Diário do Hospício* as a critique of medical-scientific power in early twentieth century. In our view, the text of carioca writer represents, besides the need for self-preservation, a gesture of political and ideological resistance.

KEYWORDS: Memoirs. Diary. Insanity. Resistance.

Introdução

O conceito de memória remete à capacidade do sujeito de lembrar e de ser lembrado. Como diz Lejeune (2014, p. 302), a memória é, ao mesmo tempo, ação e arquivo. Logo, a memorialística de um autor é formada por textos que possibilitam o exercício de sua memória individual e funcionam como registro de sua existência. No caso do escritor Lima Barreto, temos um conjunto memorialístico formado por dois diários e um romance inacabado. Neste trabalho, apresentamos uma leitura do *Diário do hospício* que, sem negar seu valor como documento, acrescenta ao testemunho de Lima Barreto a noção de luta contra o pensamento dominante.

Organizados por Francisco de Assis Barbosa, os escritos memorialísticos de Lima Barreto vieram a público pela primeira vez em 1953 em volume único dividido em três partes: *Diário íntimo*, *Diário do hospício* e *O cemitério dos vivos*. A partir da publicação da obra completa do escritor, em 1956, também organizada por Barbosa, o *Diário íntimo* passou a constituir um volume próprio, enquanto *Diário do hospício* e *O cemitério dos vivos* continuaram a ser publicados em conjunto. O *Diário íntimo* reúne

1. Doutora em Literatura Brasileira pelo Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: elainebrito1608@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7724-8918>.

registros feitos entre 1903 e 1921 e apresenta três grandes interrupções. A primeira vai de 18 de agosto de 1914 a 13 de outubro de 1914, período que corresponde à primeira internação de Lima Barreto no hospício. A segunda compreende o intervalo entre 04 de novembro de 1918 a 05 de janeiro de 1919, quando Lima Barreto permanece internado no Hospital Central do Exército por conta da quebra de uma clavícula. A terceira estende-se de 25 de dezembro de 1919 até 02 de fevereiro de 1920 e refere-se à segunda passagem de Lima Barreto pelo Hospital Nacional de Alienados. Os registros datados deste último período é que dão corpo ao *Diário do hospício*. Portanto, a separação proposta por Francisco de Assis Barbosa nos parece coerente, pois estamos diante de duas práticas diarísticas distintas. No *Diário íntimo*, Lima Barreto aborda a política de nossa primeira República, a cidade, a vida literária, a rotina doméstica, a loucura paterna e a angústia do homem e do escritor, constituindo uma espécie de historiografia do cotidiano por meio de seus fragmentos. No *Diário do hospício*, o autor volta seu olhar para as questões próprias daquele ambiente hostil e opressor. Enquanto o *Diário íntimo* se estende por dezenove anos da vida do escritor, o *Diário do hospício* acompanha um determinado período de sua existência, marcado por uma experiência traumatizante: a internação psiquiátrica. Se o primeiro pretende ser um espaço de reflexão sobre a realidade interna e externa do indivíduo, o *Diário do hospício* extrapola o exercício da subjetividade para constituir-se em espaço de estudo e investigação. Nessa perspectiva, entendemos que, durante o período de internação, Lima Barreto realiza um mergulho profundo na própria consciência, não apenas como autoexame, mas como estratégia de resistência, tanto pessoal como política.

O diário do interno

Escritor, crítico arguto dos primeiros anos de nossa República e intelectual atuante, Lima Barreto representa o cruzamento dos perfis que costumavam habitar o manicômio: mulato, pobre e vítima do alcoolismo. Depois de cinco anos da primeira internação, em 1914, o escritor volta ao Hospício Nacional de Alienados, quando faz a seguinte constatação: “Estou seguro de que não voltarei a ele pela terceira vez; senão, saio dele para o São João Batista, que é próximo” (BARRETO, 2001, p.1379). A essa altura, Lima Barreto ressentia-se pelo incômodo causado aos parentes: “Estou incomodando muito os outros. Não é justo que tal continue” (*Ibidem*, p. 1380). Entrevistadas pelo biógrafo Francisco de Assis Barbosa, pessoas próximas revelam o que aconteceu naquele fatídico Natal de 1919. O autor de *Triste fim de Policarpo Quaresma* passara a noite vagando e bebendo pelo subúrbio e amanhecera na porta do estabelecimento de Carlos Ventura, amigo da família, dono de uma venda na rua Piauí. O irmão Carlindo

tentou levá-lo para casa, mas sem sucesso, pois Lima Barreto praguejava contra todos os inimigos invisíveis. No *Diário do hospício*, o próprio Lima Barreto esclarece, sem rodeios, as circunstâncias de sua segunda internação: “Passei a noite de 25 no Pavilhão, dormindo muito bem, pois a de 24 tinha passado em claro, errando pelos subúrbios, em pleno delírio” (BARRETO, 2001, p. 1380).

O Hospital Nacional de Alienados corresponde ao antigo Hospício Pedro II, o primeiro asilo psiquiátrico do Brasil, inaugurado em 1852. Com o advento da República, a instituição mudou de nome e, nos anos quarenta do século XX, em função da superlotação, os pacientes foram transferidos para a Colônia Juliano Moreira, em Jacarepaguá, e o Hospital Psiquiátrico do Engenho de Dentro. Em seguida, o prédio foi doado à Universidade do Brasil e, atualmente, funciona como *campus* da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A transformação do hospício em escola reforça o caráter disciplinar dessas instituições, que partilham de princípios comuns, como a restrição à liberdade individual e o uso obrigatório de uniformes. Dessa forma, é “vestindo uma roupa de zuarte, usada no estabelecimento” (BARBOSA, 2012, p.312) que um repórter diz ter recebido Lima Barreto para uma entrevista, concedida nas dependências do hospício já perto de obter alta. Nela, o escritor compara o local onde se encontra a um cárcere: “O hospício é uma prisão como outra qualquer, com grades e guardas severos que mal nos permitem chegar à janela” (*Ibidem*, p.313).

Enfim, *Diário do hospício* é uma obra que costuma ser lida como um retrato da loucura asilada no início do século XX, pois Lima Barreto descreve, com riqueza de detalhes, o cotidiano de um alienado que, apartado da sociedade, passa a conviver com guardas, enfermeiros, médicos e demais pacientes. Portanto, é assim que o *Diário do hospício* foi recepcionado pela crítica em geral: como documento da mais alta importância sobre os primórdios da medicina psiquiátrica no Brasil.

Nesta perspectiva, Alfredo Bosi analisa o *Diário do hospício* como testemunho de um estado de opressão e de humilhação. O crítico assina o prefácio de edição recente da obra, no qual compara o projeto de Lima Barreto ao de Raul Pompeia em *O ateneu*, pois ambos acabaram por desmistificar, por meio de um viés memorialístico, o que se passa no âmbito de instituições disciplinares a serviço do Estado. Para Bosi (2007, p.14), Lima Barreto “enfrenta com o mesmo desassombro e a mesma solidão a rotina carcerária solidamente apoiada em velhos modelos europeus que resistiam às mudanças das novas teorias psiquiátricas”.

Na mesma chave será a leitura proposta por Beatriz Resende, que trata o *Diário do hospício* como depoimento. Na visão da pesquisadora, a importância da obra está no fato “de ser um dos poucos testemunhos lúcidos que reconhecem e identificam a experiência do delírio e descrevem o aspecto infernal da viagem, quase sempre sem volta, ao universo da loucura” (RESENDE, 1993, p. 190). É nesse

sentido que, para a autora de *Lima Barreto e Rio de Janeiro em fragmentos*, o escritor nos oferece uma “crônica da loucura”.

Luciana Hidalgo, por sua vez, parte da perspectiva médico-sociológica para estabelecer outra linha de investigação, que consiste na multifuncionalidade do *Diário do hospício*. Uma das funções destacadas pela pesquisadora é a literária, pois Lima Barreto transforma a experiência da internação em laboratório para um romance que, conforme anunciado pelo próprio na entrevista já mencionada, terá como título *O cemitério dos vivos*. As notas tomadas durante sua passagem pelo hospício serão elaboradas ficcionalmente, de forma que, travestido em Vicente Mascarenhas, o personagem-narrador, Lima Barreto reconta esse e outros episódios de sua vida. Além disso, Hidalgo (2008, p. 231) também vê no *Diário do hospício* um esforço de afirmação da subjetividade em um espaço onde ela deve ser negada.

De fato, um dos princípios das estruturas asilares é a anulação da identidade individual, aspecto problematizado por Lima Barreto em seu relato. No *Diário do hospício*, ele se queixa por ser internado como “sujeito sem eira nem beira” (BARRETO, 2001, p.139). Isso acontece porque, dentro da lógica disciplinar de um hospício, é preciso institucionalizar o sujeito, o que equivale a destituí-lo de sua identidade pregressa, tornando-o apenas mais um no universo do manicômio. Essa “profanação do eu” se dá por meio de rituais de admissão que incluem, por exemplo, cortar os cabelos, instruir sobre regras, despir e dar banho. Não por acaso, umas das passagens mais citadas do *Diário do hospício* corresponde ao momento em que o autor se recorda de como foi recebido na primeira internação, com “um excelente banho de chicote”: “Todos nós estávamos nus, as portas abertas, e eu tive muito pudor. Eu me lembrei do banho de vapor de Dostoiévski, na *Casa dos mortos*” (*Ibidem*, p.1380). Nesse contexto, em que as instituições traçam estratégias para o apagamento do indivíduo, a manutenção de um diário atua como o resgate de uma subjetividade em frangalhos, um “esforço de reconstrução de fragmentos do eu”, nas palavras de Hidalgo (2008, p. 231). Seguindo essa linha de análise, a pesquisadora entende a escrita do *Diário do hospício* como medicamento, um meio encontrado por Lima Barreto para “remediar-se da rotina do hospital psiquiátrico e alcançar um modo de ser privado, solitário e não coletivo.” A partir disso, Hidalgo desenvolve o conceito de “literatura de urgência”, aquela que se faz sob o estado de emergência clínica (*Ibidem*, p. 229).

De fato, ao investigar as causas que levam uma pessoa a escrever um diário, Lejeune (2014, p. 305) identifica a necessidade de resistência emocional provocada por uma experiência-limite. Logo, uma das funções do diário é trazer apoio e coragem quando o indivíduo se vê diante de uma provação. Nas palavras de Blanchot (2005, p. 274), o diário seria uma “empresa de salvação” existencial. O drama pessoal de Lima Barreto pode ser sentido em passagens como esta, extraída da quinta parte do *Diário*

do hospício: “Digo com franqueza, cem anos que viva eu, nunca poderá apagar-me da minha memória essas humilhações que sofri” (BARRETO, 2001, p. 1396).

Se, tradicionalmente, o diário apresenta grau reduzido de abertura, já que o autor escreve para si mesmo ou para um leitor em potencial depois de sua morte, o *Diário do hospício* parece mais aberto à publicação. Em mais de um momento, como ocorre nesta passagem, o diarista interpela os outros, demonstrando a expectativa de que seus escritos sejam lidos: “Os leitores hão de dizer que não era possível encontrar isso numa casa de loucos” (*Ibidem*, p. 1392). Logo nas primeiras páginas, o autor apresenta as bases de seu projeto: “Tenho que falar dos doentes em cuja companhia estou, dos guardas, dos enfermeiros, mas preciso tratar com mais detalhe e já me cansa o escrever estas notas” (*Ibidem*, p. 1385). No entanto, se analisarmos mais detidamente o conteúdo do *Diário do hospício*, perceberemos que o relato de Lima Barreto ultrapassa a descrição objetiva da vida manicomial à medida que se vê marcado por seu posicionamento ideológico.

Portanto, em nossa visão, há algo mais do que testemunho e salvação no *Diário do hospício*. Para nós, a obra se configura em espaço de elaboração intelectual e de resistência política. Acreditamos que, por meio da leitura e da observação sistemática, Lima Barreto desenvolve uma teoria sobre a loucura que se volta contra o poder médico-científico dentro de seu próprio domínio. O relato de Lima Barreto é atravessado por uma densa reflexão sobre a natureza humana, estabelecendo um tenso debate com as teorias que dominam o pensamento de sua época. O escritor ergue, então, uma espécie de trincheira conceitual dentro do hospício, do qual deseja afastar-se e aproximar-se ao mesmo tempo.

A escrita e a resistência

A internação no hospício não anulou a capacidade crítica de Lima Barreto. Pelo contrário: sua análise impressiona pela lucidez. A maior prova disso talvez seja o pedido feito ao médico para obter alta apenas depois do Carnaval: “Demais, eu penso que o tal delírio me possa voltar, com o uso da bebida” (BARRETO, 2001, p.1420). Dois dias depois, sentindo-se aborrecido com o comportamento dos colegas, o escritor cogita deixar o hospício, antes que seja dominado pela raiva: “Vou pedir alta, para não dar essa demonstração de loucura” (*Ibidem*, 1424). Como podemos ver, o quadro clínico do romancista não retira dele a habilidade para o raciocínio. Vezes há em que seu pensamento se mostra tão sagaz, que chega a inverter a lógica entre médico e paciente. A propósito de Henrique Roxo, por exemplo, ele emite uma espécie de contradiagnóstico: “Não lhe tenho nenhuma antipatia, mas julgo-o mais nevrosado e avoado do que eu” (*Ibidem*, p.1384).

Portanto, Lima Barreto analisa o hospício à medida que é analisado por ele. Embora não seja “psicólogo, nem psiquiatra, nem coisa parecida” (*Ibidem*, p.1400), como faz questão de ressaltar, o relato de sua passagem pelo hospício é atravessado por uma crítica à instituição, que conta com o aparato do estado. O escritor questiona, por exemplo, o uso da força em questões de saúde pública: “Não me incomodo muito com o hospício, mas o que me aborrece é essa intromissão da polícia em minha vida” (*Ibidem*, p. 1379). De fato, a onda de racionalidade que domina as políticas de ocupação dos espaços públicos determina que todos os personagens inconvenientes à ordem sejam retirados de circulação, sejam criminosos, mendigos, bêbados ou loucos. Números apresentados pelo historiador Nicolau Sevcenko apontam para um dado alarmante: entre 1889 e 1898, ou seja, em quase 10 anos de regência do novo regime, houve um aumento de mais de 7000% na quantidade de internações no hospício. Isso representa uma média de 608 ao ano e cerca de 12 entradas por semana (SEVCENKO, 2003, p.87). Portanto, assim como as cadeias e os quartéis, os hospícios representam estratégias utilizadas pelo estado para higienizar a cidade. Ao contestar a necessidade de ser conduzido contra sua vontade, Lima Barreto ironiza os excessos aplicados na sua captura: “(...) não quero, com a minha rebeldia, perturbar a felicidade que eles vêm trazendo à sociedade nacional, extinguindo aos poucos vícios e o crime, que diminuem a olhos vistos” (BARRETO, 2001, p. 1445).

Em seu relato, Lima Barreto não esconde o profundo desconforto em ser tratado como um problema para a ordem pública, logo ele, um homem “instruído” e “honesto”. A indignação de Lima Barreto manifesta-se logo na entrada, o que lhe rende uma observação no relatório médico. Nele, consta que o paciente “protesta contra o seu ‘sequestro’, pois vai de encontro à lei, uma vez que nada o justifique” (BARBOSA, 2012, p.367). A grafia da palavra “sequestro” – entre aspas – sugere que um homem em suas condições não possui direitos que possam ser reivindicados. Ao longo do *Diário do hospício*, Lima Barreto voltará ao tema algumas vezes, como nesta passagem, na qual o desabafo pessoal ganha ares de denúncia social: “Amaciado um pouco, tirando dele a brutalidade do acorrentamento, das surras, a superstição das rezas, exorcismos, bruxarias, etc. O nosso sistema de tratamento da loucura ainda é o da Idade Média: o sequestro” (BARRETO, 2001, p.1401).

Inserido em uma sociedade desigual, Lima Barreto reconhece no hospício o mesmo regime de exclusão a que as classes mais baixas da população estão sujeitas. Ele nos revela, por exemplo, que alguns pacientes são mais favorecidos que outros, graças ao prestígio social ou ao poder de influência política da família, prática vulgarmente conhecida como “pistolão”. Ao contar como se dá sua relação com um paciente identificado como V. de O., o escritor se queixa de não receber o mesmo tratamento que o colega de seção:

Ele está muito mais bem instalado do que eu. Tem um quarto com um só companheiro, uma mesa para o seu uso, com uma gaveta e chave, onde pode escrever à vontade. Eu, se quero escrever, tenho que ir pedir para fa-

zê-lo no gabinete do médico, que isso me facilitou. Para mim, ele tem fortes recomendações políticas e outras poderosas que fazem ter ele essas regalias excepcionais (*Ibidem*, p.1394).

Além disso, Lima Barreto observa que alguns internos contam com enfermeiros particulares, que formam uma verdadeira “casta” dentro do hospício. Estes “são aqueles que os doentes abastados das primeiras classes são autorizados a trazer”, explica Barreto (2001, p. 1401), enquanto outros, que não podem custear o serviço, devem se contentar com o que o hospital tem a oferecer. A divisão de classes era uma realidade dentro do hospício, contra a qual Lima Barreto não deixou de se posicionar. Desde sua fundação, ainda no tempo do Império, cada seção era dividida em quatro classes, que iam desde o quarto individual até as enfermarias coletivas. A alocação do paciente era feita de acordo com suas condições financeiras. Se não pudesse arcar com os custos mínimos de sua internação, era classificado como indigente; do contrário, pagava-se uma pensão ao hospital para custear curativos e demais cuidados. O problema é que, quando Lima Barreto chega à Seção Pinel, a dos indigentes, ele percebe que ali havia pacientes que deveriam estar na Seção Calmeil, a dos pensionistas. Nesse momento, ele questiona o fato de pacientes receberem gratuitamente o tratamento pelo qual teriam condições de pagar. É o caso do já mencionado V. de O., que, segundo nos conta o escritor, teria conseguido uma vaga no manicômio graças ao poder de suas relações: “Foram esses amigos políticos, talvez, que, à vista do seu delírio, conseguiram a sua internação e têm contribuído para ter gratuitamente o tratamento que tem” (BARRETO, 2001, p. 1394). Ao tratar desse assunto, o romancista menciona o próprio exemplo: “Por que o Estado queria-me gratuito, comendo à sua custa, quando era mais simples tomar-me o ordenado e dar-me pelo menos um paletó?” (*Ibidem*, p. 1461). Portanto, o que está em jogo no pensamento do autor carioca não seria a simples desoneração do serviço público, mas uma distorção administrativa que acaba prejudicando aqueles que realmente precisam da assistência do estado. Corrigi-la poderia ajudar a reduzir a desigualdade de tratamento entre os mais carentes e os abastados.

Além de analisar a lógica autoritária e excludente a que são submetidos aqueles que perderam a razão, seja por momentos ou para sempre, Lima Barreto volta seu olhar para os profissionais do hospício. A título de exemplo, a quinta parte do *Diário do hospício* é inteiramente dedicada ao estudo dos enfermeiros e dos guardas. Embora não tenha grandes reclamações a fazer sobre os enfermeiros e se sinta até bem tratado e ajudado por esses homens rudes, sem instrução ou sensibilidade superior, o escritor tem outra visão sobre seus colegas de serviço:

Os guardas em geral, principalmente os do pavilhão e da seção dos pobres, têm os loucos na conta de sujeitos sem nenhum direito a um tratamento respeitoso, seres inferiores, com os quais eles podem tratar e fazer o que quiserem (*Ibidem*, p. 1396).

O romancista também dispensa especial atenção aos médicos, com os quais começa a ter contato no segundo dia de permanência no hospício. Depois de ter passado a primeira noite no Pavilhão de Observações, foi ao encontro do primeiro médico, identificado apenas por “Adauto”: “Tratou-me ele com indiferença, fez-me perguntas e deu a entender que, por ele, me punha na rua” (*Ibidem*, p.1380). O Pavilhão de Observações, como sugere o nome, tinha como objetivo receber aqueles indivíduos cuja alienação ainda não era comprovada. De fato, ao contrário das outras crises, o delírio de Lima Barreto já havia cessado. Um dos registros da segunda internação indica, inclusive, que se trata de um indivíduo “perfeitamente orientado no tempo, lugar e meio” (BARBOSA, 2002, p. 370). Mesmo assim, ele ainda é visto como um risco para a sociedade, o que provavelmente está associado à sua entrada no hospício pelas mãos da polícia.

Depois que Lima Barreto retorna ao Pavilhão de Observações, é chamado novamente, para ir ao encontro de outro médico, Henrique Roxo, pelo qual já havia sido atendido na internação anterior:

Ele me parece desses médicos brasileiros imbuídos de um ar de certeza de sua arte, desdenhando inteiramente toda a outra atividade intelectual que não a sua e pouco capaz de examinar o fato por si. Acho-o muito livresco e pouco interessado em descobrir, em levantar um pouco o véu do mistério – que mistério! – que há na especialidade que professa. Lê os livros da Europa, dos Estados Unidos, talvez; mas não lê a natureza. Não tenho por ele antipatia; mas nada me atrai a ele (BARRETO, 2001, p. 1380).

Lima Barreto teme, assim, ser alvo de teorias científicas falíveis e procedimentos psiquiátricos discutíveis. Durante a entrevista com Henrique Roxo, o alienista da Seção Pinel que lhe dá “arrepios”, Lima Barreto responde a perguntas sobre a família e informa que havia sido conduzido ao manicômio pelo próprio irmão, “que tinha fé na onipotência da ciência e na credence do hospício”. Apesar do comentário irônico, Lima Barreto esperava ser liberado, o que não aconteceu. Pelo contrário, o escritor é conduzido pelo enfermeiro até a Seção Pinel, aquela que acolhe os indigentes do sexo masculino, momento que marca o ingresso definitivo de Lima Barreto no domínio da loucura: “Aí é que percebi que ficava e onde, na seção de indigentes, aquela em que a imagem do que a Desgraça pode sobre a vida dos homens é mais formidável” (*Ibidem*, p.1381).

Na ótica de Lima Barreto, os alienistas, ao exercerem sua autoridade nos domínios do hospício, atuam como braços do poder público na regulação dos corpos. Por essa razão, entre as estratégias de resistência desenvolvidas no *Diário do hospício* está a desconstrução daquilo que se pode chamar de presunção médica. Na chegada à Seção Pinel, Lima Barreto é examinado pelo doutor Airosa: “(...) ele não me pareceu mau rapaz, mas sorriu enigmaticamente, ou como dizendo ‘você fica mesmo aí’, ou

querendo exprimir que os meus méritos literários nada valiam (...)” (*Ibidem*, p.1381). Se compararmos os documentos da primeira internação aos da segunda, perceberemos o esforço de Lima Barreto em superar a indignação por meio de sua atividade intelectual. Na primeira internação, Lima Barreto declara ser “empregado público” e, na segunda, já aposentado, apresenta-se como “jornalista”. No entanto, quando perguntado pelo alienista da Pinel, afirma ser “escritor”. Com essa gradação, o paciente talvez reivindicasse para si um tratamento adequado diante da cidadania perdida, mas a estratégia empregada parece não surtir o efeito desejado. Na anamnese da primeira internação, Lima Barreto informa dados típicos da entrevista médica, como a constituição familiar e doenças pregressas ou pré-existentes, e confessa sua falta de moderação com a bebida. O interessante é que, a certa altura da entrevista, Lima Barreto faz questão de citar seus autores prediletos, como Bossuet, Chateaubriand, Balzac, Taine e Daudet e diz conhecer um pouco de francês e inglês. A conclusão a que chega o médico é esta: “Com relação a esses escritores faz comentários mais ou menos acertados; em suma, é um indivíduo que tem algum conhecimento e inteligente para o meio em que vive” (BARBOSA, 2012, p.367). Ora, o que quer dizer “algum conhecimento” sobre alguém que, conforme consta na parte final do relatório, já havia publicado dois romances, *Triste fim de Policarpo Quaresma* e *Recordações do escrivão Isaías Caminha*? A tentativa de desqualificação é ainda mais evidente na anamnese que acompanha a ficha de transferência para a Seção Calmeil, no início de sua segunda internação: “Indivíduo de cultura intelectual, diz-se escritor, tendo já quatro romances editados, e é atual colaborador da *Careta*” (*Ibidem*, p.370). Ora, “diz-se escritor” sugere que a declaração de Lima Barreto é potencialmente inverídica, quando nós sabemos que corresponde inteiramente à verdade. Além de colocar sob suspeita as virtudes literárias do paciente, José Carneiro Airoso manifesta uma espécie de julgamento sobre suas atitudes, como se ele fizesse por merecer uma segunda internação: “Por este abuso [de bebida alcoólica] já passou certa vez três meses no Pavilhão, o que, no entanto, nada adiantou, voltando desde a saída a embriagar-se” (*Ibidem*, p.370).

Depois de dois dias na insólita seção, Lima Barreto foi à presença do diretor, Juliano Moreira: “Tratou-me com grande ternura, fez-me sentar a seu lado e perguntou-me onde queria ficar” (*Ibidem*, p.1382). O paciente respondeu prontamente que queria ficar na Seção Calmeil, a dos pensionistas, para onde foi transferido. Na estratificação social do hospício, aquele era o lugar das pessoas “educadas” ou “protegidas”, dispensadas dos serviços de limpeza e de manutenção das dependências.

A mudança de Lima Barreto para o novo espaço trouxe consequências importantes, como dar início às notas que compõem o *Diário do hospício*. Em parte, isso se deve ao acolhimento do chefe da seção, Humberto Gotuzzo, conhecido por frequentar os círculos literários das zonas mais abastadas da cidade. Lima Barreto, que tinha re-

sistência aos “grã-finos botafoganos”, surpreendeu-se com a generosidade do médico, conforme nos conta o biógrafo do escritor: “Ele me tratou muito bem, auscultou-me, disse-lhe tudo o que sabia das consequências do meu alcoolismo e eu saí do exame muito satisfeito por ter visto no moço uma boa criatura (...)” (*Ibidem*, p. 1385). Portanto, Humberto Gotuzzo e Juliano Moreira constituem-se em agradáveis exceções entre os temidos alienistas do hospital. Despídos da arrogância clínica comum entre seus pares, eles se mostram sensíveis ao drama particular de tão estimado paciente: um homem dotado de virtudes, pessoais e intelectuais, vitimado pela bebida. Enfim, o estado mental de Lima Barreto não anula sua capacidade de observação nem sua habilidade crítica. Embora seja necessário lidar com as adversidades psíquicas, o escritor não deixa de produzir uma reflexão própria sobre a loucura, considerando não apenas o histórico pessoal, mas também o edifício ideológico por trás da ciência.

A loucura, por Lima Barreto

De um modo geral, as análises sobre o *Diário do hospício* não costumam enfatizar o percurso intelectual do escritor dentro do manicômio. Sua transferência para a Seção Calmeil, por exemplo, não é motivada apenas pelo constrangimento causado pelo ambiente lúgubre da Seção Pinel, mas sobretudo pela biblioteca da instituição, que Lima Barreto conhecia desde a primeira internação. Quando o escritor diz a Juliano Moreira onde queria ficar, ele vislumbrava a oportunidade de conectar-se a um espaço mais adequado a seus propósitos, como comprova esta anotação:

Pois o meu Dias [o inspetor da Seção Calmeil], apesar dos gritos, dos gestos de mando, é um homem talhado para pastorear doidos, tanto ele como Santana, cuja seção é mais trabalhosa, mas que eu deixei, não porque ele não me tratasse bem, o que ele me fez espontaneamente, mas para ter às ordens a biblioteca da Seção Calmeil, que eu descreverei devagar (BARRETO, 2001, p. 1383).

Uma das primeiras providências de nosso paciente, ao chegar às novas dependências, foi justamente procurar pelos livros, com os quais já havia convivido na primeira passagem pelo hospício. Depois de observar que a biblioteca tinha mudado de lugar, ele constata, para sua surpresa, que também estava desfalcada, revelando uma intimidade incomum com o conjunto:

Não havia mais o Vapereau, *Dicionário das Literaturas*; dois romances de Dostoiévski, creio que *Les Possédés*, *Les Humilliés et Offensés*; um livro de Mello Morais, *Festas e Tradições Populares do Brasil*. O estudo sobre Colbert estava

desfalcado do primeiro volume; a *História de Portugal*, de Rebelo da Silva também, e assim por diante. Havia, porém, em duplicado, a famosa *Biblioteca Internacional de Obras Célebres*.” (*Ibidem*, p.1384).

Acreditamos que a biblioteca tem uma função estratégica na passagem de Lima Barreto pelo hospício, pois para ele representa um ponto de fuga da realidade circundante e a possibilidade de resistir à clausura de modo atuante. Para Lima Barreto, a biblioteca é de tamanha importância, que o diarista lhe dedica um capítulo inteiro, a exemplo do que faz com outros elementos do hospício, como as seções, os guardas, os médicos e os doentes. Ao descrevê-la, o diarista estabelece um contraponto entre as paisagens externa e interna e atribui ao anseio de liberdade uma nota de lirismo:

O lugar era cômodo e agradável. Dava para a enseada, e se avistava doutra banda Niterói e os navios livres que se iam pelo mar em fora, orgulhosos de sua liberdade, mesmo quando tangidos pelos temporais. Às vezes, lendo, eu me punha a vê-los, com inveja e muita dor na alma. Eu estava preso, via-os por entre as grades e sempre sonhei ir por aí afora, ver terras, coisas e gentes... (BARRETO, 2001, p. 1406).

A relação de Lima Barreto com a biblioteca é tão notória para os próprios internos, que ele próprio anota no *Diário do hospício*: “Um maluco vendo-me passar com um livro debaixo do braço, quando ia para o refeitório, disse: – Isto aqui está virando colégio” (*Ibidem*, p.1412).

Enfim, somando à experiência pessoal a prática intelectual, Lima Barreto recusa seu enquadramento em uma identidade médica previamente determinada:

De mim para mim, tenho certeza que não sou louco, mas devido ao álcool, misturado com toda a espécie de apreensões que as dificuldades de minha vida material há 6 anos me assoberbam, de quando em quando dou sinais de loucura: delírio (*Ibidem*, p. 1379).

O trecho também deixa entrever uma questão que ocupará lugar de destaque na mentalidade médica do início do século XX: a associação direta entre alcoolismo e loucura. O próprio Lima Barreto lembra que, quando o pai adoeceu, recebeu de presente de um amigo da família o livro de Henry Maudsley, *O crime e a loucura*. A leitura o impressionou tanto, que chegou a criar um decálogo para o governo de sua vida, que pode ser encontrado nas primeiras páginas do *Diário íntimo*. Entre os “dez mandamentos” pessoais, há a recomendação do psiquiatra inglês para não ingerir bebidas alcoólicas, visto que era uma das causas principais do enlouquecimento. Embora Lima Barreto reconheça ter falhado no cumprimento dessa promessa íntima, ele questiona

se o álcool seria realmente o grande causador de sua desgraça, lembrando que outros fatores também teriam contribuído para sua ruína.

Adivinhava a morte de meu pai e eu sem dinheiro para enterrá-lo; previa moléstias com tratamento caro e eu sem recursos; amedrontava-me com uma demissão e eu sem fortes conhecimentos que me arranjassem colocação condigna com a minha instrução; e eu me aborrecia e procurava distrair-me, ficar na cidade, avançar pela noite adentro; e assim conheci o *chopp*, o *whisky*, as noitadas, amanhecendo na casa deste ou daquele (BARRETO, 2001, p. 1386).

Ao final do *Diário do hospício*, o autor lança um questionamento que o coloca em pleno diálogo com as teorias psiquiátricas de sua época: “Bebemos porque já somos loucos ou ficamos loucos porque bebemos?” (*Ibidem*, p. 1419). A pergunta de Lima Barreto mostra-se pertinente, pois já havia quem levantasse suspeita sobre a relação entre o alcoolismo a loucura, como o médico Márcio Neri, que dá nome ao pavilhão de leprosos do Hospital Nacional de Alienados no tempo em que Lima Barreto lá esteve. Em estudo de 1909, ele lança luz sobre a seguinte questão: “São as psicoses alcoólicas devidas à intoxicação alcoólica?” (NERI, 1909, p. 347). Com isso, o pesquisador questiona se o alcoolismo pode ser, realmente, a causa de distúrbios psíquicos ou apenas o elemento que desencadeia doenças mentais pré-existentis.

Outro aspecto salientado por Lima Barreto em sua análise é a relação entre loucura e hereditariedade. De fato, ao examinarmos as anamneses realizadas pelos médicos no Hospital Nacional de Alienados, verificamos que as perguntas sobre a família são recorrentes. No relatório assinado por José Carneiro Airoso sobre o escritor, consta que o pai do paciente é vivo e que “há dezoito anos não sai de casa, preso de psicastenia ou lipemania” (BARBOSA, 2012, p. 370). Para a medicina psiquiátrica, portanto, Lima Barreto apresenta forte disposição para a moléstia mental. Influenciados pela teoria de Auguste Morel, autor do *Tratado de hereditariedade*, de 1850, vários pesquisadores brasileiros buscam na herança familiar a causa para a loucura. No final do século XIX e início do século XX, há uma profusão de trabalhos acadêmicos sobre o tema. Entre as teses apresentadas à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, encontramos, a título de exemplo, o texto de Manoel Cintra de Barbosa Lima, de 1904, cujo título resume o espírito das pesquisas: *Alcoolismo hereditário*. Em artigo de 1906, publicado nos *Arquivos brasileiros de psiquiatria, neurologia e ciências afins*, periódico fundado por Juliano Moreira e Afrânio Peixoto, o psiquiatra Maurício de Medeiros é taxativo: “Indiscutível então é a degeneração dos filhos de alcoolistas inveterados” (MEDEIROS, 1906, p. 153). Para o autor, os descendentes dos viciados em bebidas alcoólicas estão irremediavelmente sujeitos à mesma tara ou a qualquer outro distúrbio mental. Será justamente esse o raciocínio questionado por Lima Barreto, para quem a hereditariedade não passa de uma simplificação para o problema do alcoolismo e da loucura:

De resto, quase nunca os filhos dos loucos são gerados quando eles são loucos; os filhos de alcoólicos, da mesma forma, não o são quando seus pais chegam ao estado agudo do vício e, pelo tempo da geração, bebem como todo o mundo (BARRETO, 2001, p. 1389).

Em *O cemitério dos vivos*, a crítica à “sinistra teoria da herança de defeitos e vícios” é um dos elementos que impulsiona a trama. O narrador-personagem nos conta que, quando era menino, ao ler uma defesa de júri, deparou-se com a seguinte argumentação:

O réu, meus senhores, é um irresponsável. O peso da tara paterna dominou todos os seus atos, durante toda a sua vida, dos quais o crime de que é acusado, não é mais do que o resultado fatal. Seu pai era um alcoólico, rixento, mais de uma vez foi processado por ferimentos graves e leves. O povo diz: tal pai, tal filho; a ciência moderna também (BARRETO, 2001, p. 1429).

A leitura da sentença de culpa pareceu-lhe imediatamente estranha, pois ele conhecia filhos de alcoólicos que eram abstinentes e pais abstinentes com filhos alcoólicos (*Ibidem*). O pensamento de Lima Barreto, então, opõe-se frontalmente às teorias sobre a hereditariedade que dominaram os primórdios da psiquiatria. Para Jean Martin Charcot, um dos pioneiros da neurologia, basta uma gota de esperma de um alcoólatra para contaminar gerações de descendentes (*apud* SANTOS & VERANI, 2010, p. 405). Na contramão das leis da herança, que muito justificaram as políticas de eugenia no início do século XX, Vicente Mascarenhas lança a seguinte dúvida:

Demais, um vício que vem, em geral, pelo hábito individual, como pode de tal forma impressionar o aparelho da geração, a não ser para inutilizá-lo, até o ponto de determinar modificações transmissíveis pelas células próprias à fecundação? Por que mecanismo iam essas modificações transformar-se em caracteres adquiridos e capazes de se constituírem em herança? (BARRETO, 2001, p. 1429).

Mais adiante, ao lembrar-se do texto jurídico que tanto o inquietou, o protagonista de *O cemitério dos vivos* chega à conclusão de que aquelas ideias não passariam de “ilusão científica”:

De mim para mim pensei: se um simples bêbedo pode gerar um assassino; um quase-assassino (meu pai) bem é capaz de dar origem a um bandido (eu). Assustava-me e revoltava-me. Seria possível que a ciência tal dissesse? Não era possível (*Ibidem*, p. 1430).

As concepções de Lima Barreto iam ao encontro de algumas poucas vozes na medicina brasileira, que questionavam a excessiva importância conferida aos fatores he-

reditários no diagnóstico de doenças mentais. Entre elas está a de Juliano Moreira, que, sem negar a existência da herança genética, também leva em consideração outros fatores, sobretudo sociais, na ocorrência de distúrbios psíquicos. Na opinião do médico, que surpreendeu Lima Barreto com sua benevolência, a “hereditariedade é uma verdade incontestável, mas muitos têm abusado de sua fama” (MOREIRA & PEIXOTO, 1905, p. 7).

Enfim, no *Diário do hospício*, Lima Barreto expressa toda sua desconfiança sobre a pretensão de verdade da ciência. Para ele, todas as explicações para a loucura são “pueris”, pois se baseiam em simples relações de causa-e-efeito: “(...) nunca, por mais que quisesse, pude ter uma concepção mecânica, rígida do Universo e de nós mesmos” (BARRETO, 2001, p. 1388). Ao analisar o próprio caso, o escritor põe em dúvida a interpretação feita pelas pessoas consideradas “normais” sobre suas alucinações: “(...) as pessoas conspícuas e sem tara possam atribuí-las à herança, ao álcool, a outro qualquer fator ao alcance da mão. Prefiro ir mais longe...” (*Ibidem*, p. 1389). De fato, é exatamente isso o que Lima Barreto faz. Nesta passagem, por exemplo, o romancista revela uma compreensão de indivíduo mais complexa do que aquela que comparece no discurso científico e filosófico:

Procuram os antecedentes, para determinar a origem do paciente que está ali, como herdeiro de taras ancestrais; mas não há homem que não as tenha, e se elas determinam loucura, a humanidade toda seria de loucos. Cada homem representa a herança de um número infinito de homens, resume uma população, e é de crer que nessa houvesse fatalmente, pelo menos, um degenerado, um alcoólico, etc. etc. (*Ibidem*, p. 1389).

Considerações finais

No início deste trabalho, vimos que *Diário do hospício*, texto que integra a memorialística de Lima Barreto, foi escrito durante sua segunda internação no Hospital Nacional de Alienados. A análise *in loco* da loucura produzida pelo escritor carioca conduz a uma interpretação da obra como documento e testemunho, conceitos que remetem à noção de memória. No entanto, ao longo de nossa reflexão, procuramos demonstrar que o *Diário do hospício* apresenta elementos que aproximam o gesto da escrita à ideia de resistência, na medida em que as anotações feitas por Lima Barreto extrapolam a necessidade de sobrevivência para se converter em crítica ao poder médico e à verdade científica. Disso resulta uma leitura do *Diário do hospício* não apenas com tábua de salvação existencial, mas como discurso estruturado contra o pensamento dominante.

Em seguida, passamos a um detalhamento do olhar de Lima Barreto sobre o hospício, com todos os seus personagens e abismos sociais. Percebemos que o escritor, além de denunciar a lógica excludente e autoritária típica de uma instituição discipli-

nar, produz uma reflexão própria e vigorosa sobre a loucura, revelando uma lucidez incomum para quem é, compulsoriamente, levado a viver entre loucos.

Ocorre que, no *Diário do hospício*, conforme analisamos na última parte deste trabalho, Lima Barreto se afasta de uma visão tradicional de loucura, o que não significa promover um “elogio da loucura”, pois ele nega qualquer tipo de idealização: “Não sei como o povo julga que a loucura é sintoma de inteligência e de muito estudo. No hospício, não se vê tal coisa” (*Ibidem*, p.1414). O que Lima Barreto pretende, no curso de sua passagem pelo manicômio, é desenvolver uma teoria sobre a loucura, incluindo a própria, capaz de oferecer respostas menos simplistas para esse misterioso fenômeno da natureza humana. Dessa forma, o escritor carioca questiona alguns pressupostos do pensamento médico-psiquiátrico de dentro de seus domínios. Contrariando a lógica determinista que predomina no pensamento científico de seu tempo, que supervaloriza a hereditariedade e o componente étnico, Lima Barreto talvez queira demonstrar que a loucura é uma patologia que não pode ser explicada apenas em termos individuais, mas também sociais e culturais.

Referências

- BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. 10ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.
- BARRETO, Lima. *Prosa seleta*. Organização de Eliane Vasconcellos. São Paulo: Nova Aguilar, 2001.
- BLANCHOT, Maurice. *O livro por vir*. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- BOSI, Alfredo. O cemitério dos vivos: testemunho e ficção. *Revista Literatura e sociedade*. São Paulo: USP/ FFCLH/DTLLC, nº 10, 2007, p. 13-25.
- HIDALGO, Luciana. A loucura e a urgência da escrita. *Revista ALEA: Estudos Neolatinos*. Rio de Janeiro: UFRJ, nº 02, 2008, p. 227-242.
- LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Organização de Jovita Maria Gerheim Noronha. Tradução de Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- MEDEIROS, Maurício de. Notas de um antialcoolista. *Archivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Affins*, Rio de Janeiro, n.2. 1906.
- MOREIRA, J.; PEIXOTO, A. A paranoia e os syndromas paranoides. *Archivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Affins*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.5-33. 1905.
- NERI, Márcio. Psychoses alcoólicas. *Archivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal*, Rio de Janeiro, n.3-4, 1909.
- RESENDE, Beatriz. *Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos*. Rio de Janeiro: UFRJ, Unicamp, 1993.
- SANTOS, Fernando Sergio Dumas dos & VERANI, Ana Carolina. Alcoolismo e medicina psiquiátrica no Brasil do início do século XX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.17, supl. 2, dez. 2010, p.401-420.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.